

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL  
(SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP, 21/07/2000)**

Atendendo à convocação distribuída aos membros, foi realizada a primeira Reunião Ordinária de 2000 do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, aos vinte e hum dias do mês de julho de dois mil, com início às 13 horas, na Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, em São José dos Campos, estado de São Paulo, com a presença de 41 membros, conforme lista de presença em anexo, e 71 convidados, para deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: 1- Posse dos novos membros; 2- Definição dos investimentos a serem incluídos no Projeto Inicial para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul; 3- Entidade jurídica transitória de apoio ao CEIVAP; 4- Reformulação e ampliação das Câmaras Técnicas do CEIVAP; 4- Assuntos gerais: Plano de Recursos Hídricos para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul; Programa Curso d'água de educação ambiental. A mesa de abertura foi composta pelas seguintes autoridades: Raymundo dos Santos Garrido, secretário nacional de Recursos Hídricos (SRH/MMA); André Corrêa, presidente do CEIVAP e secretário de estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - RJ; Antônio Carlos Mendes Thame, secretário de estado de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras - SP; Aloísio Prince, diretor geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM; Emanuel Fernandes, prefeito de São José dos Campos; Luiz de Gonzaga Santos, prefeito de Paraiibuna; Benedicto Sérgio Lencioni, prefeito de Jacareí e presidente do CODIVAP; Edilson de Paula Andrade, secretário do CEIVAP; Marcelo Alvim, da ONG Vale Verde (de São José dos Campos – SP), representando a sociedade civil. O presidente André Corrêa abriu a reunião saudando os participantes e registrando a presença, na plenária, do sub-secretário de estado de Saneamento e Recursos Hídricos – RJ, Lúcio Henrique Bandeira; da deputada federal Ângela Guadagnin (PT-SP); do representante da FIRJAN, Mauro Viegas; e dos prefeitos de Resende-RJ, Monteiro Lobato – SP e Potim – SP, respectivamente, Eduardo Meohas, Henrique Martins Filho e João Benedito Angelieri. Em seguida, o presidente mencionou o encontro da diretoria do CEIVAP com o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, em audiência realizada em seu gabinete no mês de junho próximo passado, para pedir a agilização da aprovação, pela COFIEIX, da carta-consulta relativa ao empréstimo de US\$ 44 milhões para a implementação do Projeto Inicial. Antes de passar a palavra ao prefeito anfitrião, Emanuel Fernandes, ele agradeceu o trabalho dedicado do secretário Edilson de Paula Andrade, na condução das questões do Comitê, no dia a dia, como também a todo o corpo técnico do escritório do CEIVAP. O prefeito de São José dos Campos relatou a situação do município quanto ao saneamento básico, informando que, atualmente, são tratados 43% do esgoto. A seguir, o secretário de Recursos Hídricos, Raymundo Garrido, transmitiu a mensagem do ministro do Meio Ambiente aos membros do CEIVAP, aos quais pediu que fosse manifestada sua satisfação com a realização da primeira reunião de um comitê de bacia logo após o sancionamento da lei que cria a Agência Nacional de Águas – ANA. Garrido destacou a importância da bacia do Paraíba, cujos trabalhos e resultados, em sua opinião, servem como exemplo para todo o país. O secretário de estado de Recursos Hídricos de São Paulo, Antônio Carlos Thame, enfatizou que o que se espera é um CEIVAP forte e comitês estaduais, nos três estados, também fortes, atuando todos de forma integrada; e que esses comitês, em suas ações, incorporem todos os estudos já existentes sobre a bacia do Paraíba. Na opinião de Thame, a agência de água da bacia do Paraíba, a ser criada, deve ser vinculada ao CEIVAP, seguindo as orientações e determinações do Comitê. O diretor geral do IGAM, Aloísio Prince, declarou que a determinação do governo de Minas Gerais é participar do trabalho conjunto dos três estados pela recuperação da bacia do Paraíba. O representante da sociedade civil, Marcelo Alvim, anunciou que está sendo formado um fórum das entidades civis dos três estados da bacia para atuar junto ao CEIVAP. Ele aproveitou para reivindicar maior representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. Iniciando os trabalhos, o secretário Edilson procedeu à leitura da relação dos 18 novos membros a serem empossados (ver em anexo), elevando

a composição do CEIVAP de 39 para 57 membros, para atender a demanda política das prefeituras, dos usuários de água e da sociedade civil. A ampliação da composição foi deliberada na reunião ordinária de 10 de dezembro de 1999, em Juiz de Fora – MG. Os novos membros foram escolhidos por seus pares em fóruns eleitorais instalados pelo CEIVAP, nos meses de maio e junho de 2000. O secretário aproveitou para anunciar que, em março de 2001, haverá novo processo de escolha para renovação da composição inicial, sendo possível a recondução. O presidente André Corrêa declarou empossado os novos membros do CEIVAP, para o biênio de 2000/2002, passando, em seguida, ao item 2 da pauta: definição do Programa Inicial de Investimentos para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. O engenheiro Jander Duarte Campos, coordenador da equipe do Laboratório de Hidrologia da COPPE/UFRJ – responsável pela elaboração do Projeto Preparatório para Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bacia do Paraíba, com o acompanhamento das Câmaras Técnicas e do Escritório de Apoio de CEIVAP - apresentou a alternativa de investimento a ser votada, explicando que esta foi priorizada pelas Câmaras Técnicas, para aplicação dos recursos de US\$ 44 milhões a serem financiados pelo Governo Federal, com recursos do Banco Mundial e contrapartidas dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A alternativa de investimento colocada em votação prevê a aplicação de US\$ 13,78 milhões em ações de gestão e US\$ 30,08 milhões em ações de saneamento e recuperação: construção de estação de tratamento de esgoto e ações de controle de erosão. Os municípios contemplados nessa alternativa de investimento são: Jacareí, São José dos Campos e Guaratinguetá (SP), Volta Redonda, Resende, Barra Mansa (RJ), Juiz de Fora, Muriaé e Ubá (MG). A alternativa 2 de investimento constante do Relatório 030-RO do Projeto Preparatório foi colocada em votação pelo presidente e aprovada por unanimidade pelo plenário. A seguir, o secretário Edilson fez a apresentação e a justificativa do item 3 da pauta: o encaminhamento das discussões visando a criação de uma entidade transitória de apoio técnico, administrativo e financeiro ao CEIVAP. O secretário enfatizou a urgência de se criar a entidade para ser a figura jurídica do CEIVAP, dando suporte às decisões do Comitê e à implementação de suas ações. Edilson frisou que a entidade a ser criada deve estar subordinada às diretrizes do CEIVAP; ressaltou que é preciso estar resguardado, também, que, ao encerrar suas atividades, por ocasião da criação da agência de bacia, todo seu patrimônio seja repassado para a agência. Mauro Viegas, representante da FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, propôs estender o assunto aos outros comitês para buscar, conjuntamente, uma solução mais ampla para este problema grave que é os comitês não terem personalidade jurídica que lhes possibilite buscar/receber recursos financeiros. O secretário Edilson aproveitou para destacar o apoio da FIRJAN, que foi a tomadora do recurso de R\$ 30 mil passado ao CEIVAP pela Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) do Ministério do Meio Ambiente, sem cobrar nenhuma taxa por isso. Na seqüência, o jurista dr. José Maria Martins Dias, contratado pela SRH para dar o parecer jurídico sobre a matéria, expôs suas considerações sobre o assunto, apresentando o projeto de criação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, como uma modalidade de entidade de administração indireta que se enquadra como entidade jurídica de um comitê de bacia. Em seguida, o dr. José Maria passou a palavra ao advogado Marcos Flávio Gonçalves, co-autor do parecer, que apresentou os pontos desfavoráveis do formato OSCIP: 1º- no caso de extinção, o patrimônio deve ser passado para outra entidade do mesmo teor, ou seja, outra OSCIP. Então, por impedimento legal, o patrimônio da OSCIP, que será uma entidade transitória, não poderá ser transferido para a futura agência de bacia, quando aquela for extinta; 2º - a lei que regula a OSCIP veda expressamente a participação de qualquer órgão público na sua criação e na sua direção. Como o CEIVAP é formado também por órgãos públicos, não é possível vincular diretamente a OSCIP ao Comitê. Quanto a este último item, o advogado afirmou que seria possível achar uma saída legal para isso. O assessor especial do Ministério do Meio Ambiente, Jerson Kelman, manifestou-se favorável à criação da OSCIP, estimulando o CEIVAP a avançar nesta linha. Segundo ele, o decreto de regulamentação da Agência Nacional de Águas -ANA faz referência à lei da OSCIP como uma forma razoável. Também Júlio Thadeu, representante da SRH no CEIVAP, declarou-se a favor da OSCIP, salientando que esta entidade transitória poderá sofrer uma adequação para que também possa

realizar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, enquanto a agência de bacia não for criada. Já o representante do SINTAEMA – Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Antônio Francisco Evangelista de Souza, questionou a real necessidade de se constituir a figura jurídica do CEIVAP e propôs que se aprofunde o debate, colocando em discussão a necessidade de manutenção do processo transitório. Por 25 votos a favor, um voto contra e três abstenções, o plenário deliberou que a diretoria, a secretaria executiva e as Câmaras Técnicas do CEIVAP avancem na discussão visando a criação da entidade transitória de gestão, buscando garantir nela os interesses do Comitê. O quarto e último ponto da pauta da reunião ordinária - reformulação e ampliação das duas Câmaras Técnicas do CEIVAP ( Institucional e de Planejamento e Investimento) - foi apresentado pelo secretário Edilson, que justificou a decisão de se fazer a reformulação para aperfeiçoar o seu funcionamento e para atender os vários pedidos de participação nas mesmas que o CEIVAP tem recebido. Pela proposta a ser votada, na nova composição das Câmaras Técnicas deverá ser buscada a funcionalidade e obedecida a proporcionalidade da representação do CEIVAP o mais fielmente possível. O secretário colocou em votação, também, a proposta apresentada na plenária, pelas entidades da sociedade civil presentes, de que fosse criada a Câmara Técnica de Educação Ambiental. O representante do CREA-RJ, José Chacon, de Assis, discordou de que seja guardada a mesma proporcionalidade de representação do plenário na Câmara Técnica de Educação Ambiental., argumentando que uma câmara técnica como essa tem um interesse muito grande para as entidades da sociedade civil, podendo ter uma maior concentração destas na composição. O plenário aprovou, por unanimidade, que seja encaminhado o processo para revisão e renovação das Câmaras Técnicas, na forma como foi proposto, dentro do prazo de 90 dias; também foi aprovada por unanimidade a criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental. Em seguida, o secretário Edilson passou aos assuntos gerais, informando que o escritório técnico do CEIVAP está preparando um estudo, que será colocado em debate, para a elaboração de um Plano de Recursos Hídricos para a bacia do rio Paraíba do Sul. Edilson destacou os bons resultados apresentados pelo Programa Curso d' água de educação ambiental, aplicado em nove municípios do três estados da bacia e que está incluído nas ações de gestão do Projeto Inicial. O secretário destacou que o Programa Curso d'água deverá se articular com outros programas de educação ambiental desenvolvidos na bacia do Paraíba. Marcelo Alvim (ONG Vale Verde) entregou à diretoria do CEIVAP um documento assinado pelas entidades civis presentes na plenária, contendo três solicitações: 1- Recursos financeiros para possibilitar a participação dos representantes da sociedade civil na reuniões do Comitê; 2- Democratização da questão da educação ambiental dentro do CEIVAP, de forma que o Comitê esteja aberto a receber diversos projetos nessa área, investindo em vários programas e não apenas em um; 3- Recomendação de que seja feito um pedido ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos para que se inclua o cidadão na categoria de usuário de água. O presidente André Corrêa colocou em deliberação o pedido formal do município de Campos dos Goytacazes – RJ para sediar a próxima reunião ordinária do CEIVAP, o que foi aprovado por unanimidade. Finalizando, pediu a mobilização de todos para conseguir liberar recursos para a implementação do Projeto Inicial. Encerrando a primeira reunião ordinária do CEIVAP de 2001, o presidente André Corrêa submeteu à aprovação do plenário a abertura de uma reunião extraordinária, para mudança do regimento interno do CEIVAP, visando a adequação da composição do Comitê à Resolução nº 5 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Nada mais havendo a tratar, o presidente André Corrêa declarou encerrada a reunião, tendo a presente ata sido lavrada e assinada por mim, Edilson de Paula Andrade, que a secretariei, e pelo presidente do CEIVAP, André Corrêa.

